

AS LETTRES DE CACHET E OS PSICODIAGNÓSTICOS DE SUJEITOS COM PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM DE ESCRITA EM LÍNGUA MATERNA ¹

Monica Filomena Caron*

lattes.cnpq.br/3408975195954782

Resumo: Pretendeu-se refletir sobre as semelhanças entre as *Lettres de Cachet* e os Psicodiagnósticos (Psicodiagnósticos de sujeitos considerados portadores de dificuldades de aprendizagem e produzidos em determinadas circunstâncias), documentos produzidos em contextos distintos e distantes no tempo e no espaço, as prisões reais francesas do século XVIII e as escolas/hospitais no Brasil do século XXI. Tomou-se como base teórica obras de Foucault (1926-1984), que nos permite compreender que ambos os documentos são frutos de tensões engendradas por meios de poder e contrapoder, cujos mecanismos sociais pretendem silenciar as singularidades, justificando e definindo práticas avaliativas produtoras de discursos presentes nas práticas institucionais disciplinares e médicas e no cotidiano das instituições de ensino e hospitalares, determinando valores e crenças presentes na histórica relação existente entre linguagem e poder. Como metodologia de análise adotou-se a proposta do Paradigma Indiciário.

Palavras-chave: Psicodiagnósticos; Dificuldades de aprendizagem.

THE LETTRES DE CACHET AND THE PSYCHODIAGNOSTICS OF SUBJECTS WITH PROBLEMS TO LEARNING OF WRITING IN MATERNAL LANGUAGE

Abstract: We have intended to speculate upon the similarities between the *Lettres de Cachet* and the Psychodiagnosics (Psychodiagnosics of individuals considered to have learning difficulties and produced in certain circumstances), documents produced in different contexts and distant in time and space, the

¹ A pesquisa teve apoio da FAPESP (Processo 00/02476-2).

* Doutora em Linguística Aplicada ao Ensino e Aprendizagem. Docente da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba (Brasil). Contato: mocaron@ufscar.br.

French royal prisons from the XVIII century and the schools/hospitals in Brazil in the XXI century. The theoretical works of Foucault (1926-1984) were used as a basis in this research, which allows us to comprehend that both documents are results of engendered tensions by power and counterpower means, whose social mechanisms mean to silent the singularities, justifying and defining evaluative practices that produce speeches presented in disciplinary and medic institutional practices and in this educational and hospital institutions' quotidian, determining values and beliefs that are found in the historical relationship between language and power. As an analytical methodology the indicatorial paradigm purpose was adopted.

Keywords: Psychodiagnosis; Learning difficulties.

* * *

Apresentação

Se existem, quais são as semelhanças entre as *Lettres de Cachet* e os Psicodiagnósticos de sujeitos diagnosticados com *problemas de aprendizagem*? Essa questão norteou a pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e impunha-se tomar como base os trabalhos de Foucault (1975/2001 e 1977/1992) para refletir sobre as avaliações que se fazem dos portadores de problemas escolares, tais como *dificuldades de aprendizagem*, pois fora no contexto das leituras desse autor que emergira a questão.

Entre as várias acepções do termo *dificuldades de aprendizagem* vemos, frequentemente, sintomas (comportamentos e/ou sintomas tais como pouca atenção, dificuldades com a leitura e a escrita, com a gramática, fonologia, grafia, capacidade reduzida de concentração, etc.) que se entende compõem patologias entre as quais temos *déficit de atenção*, *dislexia* e *disgrafia*; essas nomenclaturas são

incessantemente renovadas nas formações discursivas que envolvem as instituições escola e hospital. Parte-se do pressuposto de que tais nomenclaturas inscrevem-se dentro de um processo cuja genealogia é investigada minuciosamente por Foucault (1975/2001, p.110) na obra “Os Anormais”, na qual o autor considera que “na época clássica, o discurso do poder e o discurso que a ele se dirige” gera e formula um novo cotidiano e uma nova encenação.

Na pesquisa utilizou-se o Paradigma Indiciário como metodologia de análise, perspectiva que permite tomar detalhes dos documentos ou processos como indícios que, somados, dão força para a hipótese da pesquisa; ainda que esses documentos sejam produzidos em contextos institucionais distintos (as prisões reais medievais francesas e o par escolas-hospitais brasileiros), pode-se afirmar que ambos são frutos das tensões engendradas por meios de poder e contrapoder, cujos mecanismos sociais pretendem silenciar as singularidades. Falar-se-á sobre esse paradigma na primeira seção do artigo.

Tomando-se a linguagem como atividade constitutiva do social, propõem-se no artigo: apontar para as semelhanças existentes entre as *Lettres de Cachet* e os Psicodiagnósticos de sujeitos diagnosticados com *problemas de aprendizagem* e refletir sobre alguns tipos de processos de avaliação psicodiagnóstica, mais especificamente aqueles calcados apenas e tão somente na aplicação de testes psicométricos. Para tanto, apresentar-se-á ambos os documentos tomados como objeto na pesquisa, sobretudo detalhes sobre os primeiros, bastante desconhecidos, regularmente.

Sobre o Paradigma Indiciário

O paradigma de pesquisa das Ciências Humanas, denominado Paradigma Indiciário e discutido em Ginzburg, emergiu por volta do

final do século XIX (precisamente na década de 1870-80) apesar de suas raízes serem muito antigas e estarem localizadas em hábitos milenares da humanidade, tais como o de caçar, nos quais, durante inúmeras perseguições, o homem, segundo Ginzburg (1986, p. 151-152),

[...] aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas [...] o caçador teria sido o primeiro a “narrar uma história” porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos.

Método interpretativo, centrado nos resíduos e nos dados marginais, esse paradigma tem como lugar privilegiado de reflexão dados marginais, que possibilitam momentos abduativos, revelam sujeitos reais (e não ideais ou universais) e comportamentos singulares.

Nesse modelo epistemológico, qualitativo, pormenores considerados sem importância ou triviais fornecem a chave, segundo Ginzburg, para “[...] captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível” (GINZBURG, 1986, p. 150). Afirmado essa opacidade da realidade, para o autor, esse paradigma encontrou implícita legitimação em diferentes esferas de atividades: na medicina, psicanálise, historiografia, política, olaria, carpintaria, marinha, caça, pesca, entre outras. As ciências que partem desse modelo epistemológico, denominadas indiciárias, se apoiam em sintomas, pistas, detalhes ou lapsos e se caracterizam como disciplinas essencialmente qualitativas. Os elementos imponderáveis com que lidam não são apreensíveis através de testes ou de esquemas previamente construídos.

De acordo com o historiador, esse paradigma ajuda a “sair dos incômodos da contraposição “racionalismo” e “irracionalismo”” (GINZBURG, 1986, p. 143) e para ser bom conhecedor, nessa perspectiva, é preciso admitir a importância do sujeito individualmente concebido e da realidade que lhe é acessível. Instaurado esse modelo de se fazer ciência, diferente daquele imposto pelas ciências exatas - nas quais o importante são os resultados e as comprovações estatísticas ou matemáticas a que se pode chegar - redefiniu-se a noção de rigor científico, que passou a ser construído pela relevância dos dados analisados e respectivos resultados das análises. Discutindo os modos de fazer ciência das disciplinas que se utilizam do paradigma indiciário, Ginzburg (1986, p. 156-179) observa que

o grupo de disciplinas que chamamos de indiciárias [...] não entra absolutamente nos critérios de cientificidade deduzíveis do paradigma galileano. Trata-se, de fato, de disciplinas eminentemente qualitativas, que têm por objeto casos, situações e documentos individuais, *enquanto individuais*, e justamente por isso alcançam resultados que têm uma margem ineliminável de casualidade [...] ninguém aprende o ofício de conhecedor ou de diagnosticador limitando-se a por em prática regras preexistentes. Nesse tipo de conhecimento entram em jogo elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição.

A ideia que constitui o ponto essencial desse paradigma, de acordo com Ginzburg, é a de que existem zonas privilegiadas, sinais, indícios que permitem decifrar a realidade.

As Lettres de Cachet

Lettres de Cachet (doravante LC) foram documentos que atuaram sobre aquele que as enviava, em virtude do próprio gesto da escrita; e também sobre aqueles que as recebia, pela leitura e releitura dos

documentos. No texto intitulado *La vie des hommes infames*, publicado em “O que é um autor?”, Foucault usa as LC como material de análise das relações existentes entre o poder e o discurso, produtoras de formações discursivas (cf. FOUCAULT, 1992, p. 145). Elas eram emitidas em nome do rei e tiveram, como uma de suas funções, sujeitar a medidas de segurança, tais como a prisão ou o internamento, os indivíduos cujos comportamentos eram, no discurso desses mesmos documentos, tipificados de indesejáveis; segundo o autor, através das LC nascem

[...] uma infinidade de discursos que atravessam em todos os sentidos o cotidiano e se encarregam, mas de um modo completamente diferente da confissão, do mal minúsculo das vidas sem importância. Nas teias de poder, ao longo de circuitos bastante complexos, vêm perder-se as disputas entre vizinhos, as querelas entre pais e filhos, os desentendimentos domésticos, os excessos do vinho e do sexo, as brigas públicas e não poucas paixões secretas. Houve nisto como que um imenso e omnipresente apelo à discursificação de todas aquelas agitações e de cada um daqueles pequenos sofrimentos. Começa a erguer-se um murmúrio imparável: aquele mediante o qual as variações individuais da conduta, as vergonhas e os segredos são oferecidos pelo discurso à acção do poder. O insignificante deixa de pertencer ao silêncio, ao rumor passageiro ou à confiança fugaz. Todas aquelas coisas que constituem o ordinário, o pormenor insignificante, a obscuridade, os dias de glória, a vida comum, podem e devem ser ditas, - mais escritas. Tornam-se descritíveis e transcritíveis, na própria medida em que são atravessadas pelos mecanismos de um poder político (FOUCAULT, 1992, p. 116-117).

De acordo com Funck-Brentano (1903) *cachet* é uma tradução francesa da palavra *secretum* e faz referência a um tipo de selo, de pequena dimensão e confeccionado em cera vermelha, que era posto nas cartas reais, na França dos séculos XVI, XVII e parte do XVIII, a fim de que elas fossem lacradas. A necessidade de que o selo fosse quebrado para abrir-se a carta é responsável pelo fato de ele ter sido

pouco conservado. Segundo o autor, arquivista da *Bibliothèque de l’Arsenal*, as LC constituíram-se em uma categoria particular das ordens emanadas pelo rei.

Inicialmente, entre as ordens emanadas diretamente pelo rei, distinguiam-se as *lettres closes* e as medievais *lettres missives*. Desde o início do século XIV, de acordo com Funck-Brentano (1903), as *lettres closes* dos reis da França não diferiam de mandamentos em forma de carta, que seguiam fórmulas particulares:

a partir do reinado de Philippe de Valois, algumas delas tomaram uma forma característica. Elas iniciavam pela fórmula: *De par le Roy*, em destaque, no alto do documento, e seguia, na linha seguinte, um endereço, ou melhor um apóstrofo ao destinatário. Elas eram fechadas e lacradas com o selo secreto, que necessitava ser quebrado para abrir-se a carta² (p. IX-X, tradução própria).

Como as *lettres closes*, as *lettres missives* eram assinadas pelo rei ou por um secretário encarregado, recebiam a rubrica de um secretário de comando militar e de um secretário de estado, eram dobradas e lacradas com o sinal do rei em cera vermelha, e as *lettres missives*, por sua vez, não portavam a menção *De par le Roy* e eram encerradas por uma fórmula de saudação, em geral breve.

Todavia, de acordo com Funck-Brentano (1903), os atos reais do antigo regime francês eram chamados de *ordres du roi* (documentos nos quais registravam-se as leis e cujo conteúdo todos deviam conhecer para obedecer) ou LC (documentos que pouco diferiam das *lettres missives*; tinham por objeto encarcerações e foram indiferentemente designadas, nos textos dos séculos XV e XVI, pelas expressões *lettres*

² “A partir du règne de Philippe de Valois, certaines d’entre elles prennent une forme caractéristique. Elles débutent par la formule: *De par le Roy*, placée en vedette, en tête du document, et suivie, à la ligne suivante, d’une adresse, ou plutôt d’une apostrophe au destinataire. Elles étaient closes et cachetées du sceau du secret, qu’il fallait briser pour ouvrir la pièce” (FUNCK-BRENTANO, 1903, p. IX-X).

du roi, lettres closes, lettres du petit signet e lettres du petit cachet). A expressão *Lettre de Cachet* aparecerá pela primeira vez na ordenação de Orleans, em 1560, e a partir do reinado de Louis XV passou a ser amplamente empregada na França.

Entretanto, foi no século XVII que Henry IV e Louis XIII assumiram como principal função dessas ordens reais o propósito político de controlar ou disciplinar os oficiais da corte e encarcerar os indivíduos considerados perigosos ao estado, como os heréticos, os criminosos violentos, os insanos e outros. Dessa forma, modernizaram os usos e procedimentos das LC como instrumento de uma nova política real de racionalização social e legal. Assumiram, portanto, um propósito político singular: controlar ou disciplinar oficiais da corte. Coube a Louis XIII dar forma padronizada às LC políticas (destinadas aos indivíduos considerados perigosos para o estado). Com a intenção de fazer cumprir *le bon ordre* Louis XIV sistematizou o método de usá-las, acreditando que essas ordens ajudavam a manter a ordem pública, apesar dos protestos contrários.

Segundo Funck-Brentano (1903), do ponto de vista diplomático, a diferença entre as LC propriamente ditas e as outras ordens reais reside no fato de elas serem fechadas, lacradas e adotavam a seguinte fórmula:

Senhor N ... eu vos envio esta carta para vos dizer que faça tal coisa em tal tempo. E a presente não tendo outro fim, eu peço a Deus que vos guarde, Senhor N., em sua santa guarda. Escrito em ... de ... dia de 16...³ (FUNCK-BRENTANO, 1903, p. X, tradução própria).

³ “Monsieur N ... je vous fais cette lettre pour vous dire que vous fassiez telle chose en tel temps. Et la presente n'estant à autre fin, je prie Dieu qu'il vous ayt, Monsieur N., en sa sainte garde. Escrit à ... le ...^e jour de ... 16...” (FUNCK-BRENTANO, 1903, p. X).

De acordo com o autor, as LC tinham utilidade para propósitos administrativos e eram empregadas nas mais diversas circunstâncias, quais sejam: o governo recorria a elas para ordenar as reuniões de corpos políticos ou para ordenar a deliberação de certas matérias (grande número desse gênero de LC está conservado na *Bibliothèque de l’Arsenal*); o rei servia-se delas para colocar um oficial em posse de um cargo; para aprisionar uma pessoa ou para colocá-la em liberdade.

Assim, havia formulários de LC para os mais diferentes motivos e ocasiões: para o rei ordenar a prisão, para ordenar a detenção em lugar privilegiado, para colocar pessoas em liberdade, para a retenção de pessoas em hospital, para transferir pessoas para prisões, castelos, para exilar pessoas em conventos, para ordenar uma eleição numa universidade, para interditar empregos, para fazer ir saudar um embaixador, para regular cerimônias, encomendar saudações e missas, para comemorar aniversários, casamentos ou mortes reais, para impedir assembleias de deliberar sobre algum tópico, entre outros. É importante observar que, segundo Funck-Brentano (1903),

as lettres de cachet que determinavam o aprisionamento de um cidadão ou continham uma ordem de exílio constituem-se ao olhar da História, - como para os contemporâneos, - as *lettres de cachet* propriamente ditas⁴ (p. XVII, tradução própria).

Da mesma forma, para Strayer (1992), as LC eram ordens do rei usadas no antigo regime francês como um modo sumário de encarceração. De acordo com o autor, muitos outros governos empregaram procedimentos similares para controlar os elementos desviantes da sociedade, como os de Portugal, Espanha, Holanda, Dinamarca, Suécia e Turquia.

⁴ “*Les lettres de cachet qui déterminaient l’emprisonnement d’un particulier ou contenaient un ordre d’exil constituaient déjà pour les contemporains, - les lettres de cachet proprement dites*” (FUNCK-BRENTANO, 1903, p. XVII).

Strayer (1992) chama a atenção, todavia, para o fato de que as LC **não** indicavam os motivos da pena que se abatia sobre o cidadão; a especificação do delito, ofensa ou crime, pois além do fato de que esses deveriam ser secretos, como uma medida preventiva extra-legal, as LC intervinham antes que o sujeito pudesse infringir a lei. Da mesma forma, não estipulavam o tempo de detenção ainda que não possuíssem autoridade para que fosse uma prisão perpétua. Usualmente o tempo de detenção variava entre poucas semanas ou meses. A LC, por fim, era revogável do dia para a noite. Não especificavam, ainda, quem transportaria o detido ao cárcere; quem arcaria com as despesas da detenção e os privilégios que o detido teria. Eram dadas ordens separadas para cada uma destas ações.

Outra categoria de LC é apontada por Strayer (1992): as *lettres de cachet en blanc*, cuja existência gerou grande controvérsia entre os pesquisadores. A hipótese de parte dos estudiosos do tema é de que as *lettres de cachet en blanc* contribuíram para a instalação de um “mercado” das LC e para o cumprimento de atos despóticos. Entre esses autores, segundo Strayer (1992), há aqueles que observam as semelhanças destes documentos com outras formas arbitrárias de poder em uso no século XX, como Mistler (1963). Houve uma vertente de estudos, oposta à primeira, que considerava que as *lettres de cachet en blanc* não eram numerosas - apesar de existirem - e serviam à uma necessidade social, devendo ser vistas no contexto dos ideais e demandas no antigo regime francês.

O departamento das LC em Paris, de acordo com Funck-Brentano (1903), estendia a autoridade desses documentos às funções políticas, jurídicas e administrativas e tinha a missão de proteger o menor, a mulher, a família e o Estado.

As LC podem ser subdivididas em quatro classes, de acordo com as questões que envolviam: podiam ser assunto de estado, de polícia, de disciplina religiosa e militar e de família. A primeira classe, as LC

para assuntos de estado, ocuparam um papel secundário; muito mais numerosas que essas foram as LC para assuntos de polícia, em Paris, e para assuntos de família, na província. Para as questões militares as LC eram empregadas quando um oficial deixava o regimento sem autorização ou quando cometia outras infrações disciplinares; para as questões religiosas as LC eram utilizadas para aprisionar um padre que causara escândalo à sua diocese ou quando um confessor aproveitava de sua autoridade sobre os penitentes para induzi-los a um novo pecado.

Segundo Funck-Brentano (1903), as LC para assuntos familiares são a categoria mais interessante e a responsável pelo fato de essa instituição diferir muito dos costumes judiciais modernos. Essa categoria de LC era amplamente utilizada, pois na antiga França a falta ou a desonra de um dos membros de uma família recaía diretamente sobre os outros, devendo ser evitada. De acordo com o autor, o receio de ter a honra “manchada” era um sentimento ainda mais exacerbado no povo que na aristocracia. Contudo, era sempre a honra da família que estava em jogo. As famílias aristocratas endereçavam seus pedidos de LC diretamente ao rei ou ao seu ministro. As pessoas comuns dirigiam-se ao delegado de polícia que, por sua vez, encarregava um funcionário de avaliar os pedidos dignos de consideração.

As LC de família podiam ser solicitadas pelo pai, pela mãe, pelo marido contra sua esposa (obtida mais facilmente que no sentido inverso) ou pela esposa contra seu marido. No caso de ser demandada pelo pai contra seu filho, o pai podia fixar o lugar onde se daria a detenção.

Os motivos de pedidos de encarceração de casais, segundo Funck-Brentano (1903), repetiam-se com uniformidade:

[...] fantasias extraconjugais, recusa indisciplinada dos bens comuns, maus tratos e frequentemente delitos de direito comum passíveis de tribunais aos quais se quer subtrair os

culpados. Um marido faz prender sua esposa que é tomada de brusco amor pelo deus Baco. Quando o mau comportamento da esposa tem o testemunho das crianças, sobretudo dos filhos de certa idade, a demanda não é jamais refutada⁵ (p. XXIX, tradução própria).

Strayer (1992), citando Quéтел (1981)⁶, considera que no período compreendido entre 1589 e 1789, entre 100.000-200.000 LC foram expedidas em toda França, resultando em cerca de 500-1000 ao ano. Deste total, a porcentagem de 97,8 foi requerida pelas famílias para seus membros.

De acordo com Strayer (1992), os membros da família utilizavam as *Lettres de Cachet* em conjunto com outras instituições, como os hospitais e conventos, para segregar os mentalmente perturbados em quartos ou celas. A própria existência das LC é o reflexo de uma sociedade em que a família controlava e vigiava a liberdade de seus membros e os internava se preciso fosse.

Farge e Foucault (1982) propõem uma releitura das LC de família e pretendem discernir, nas disputas do lar, entre pais e filhos, a trama fina da vida privada e a desordem das famílias no antigo regime monárquico francês. Segundo Strayer (1992)

para esta finalidade, funcionários públicos franceses e familiares de todas as classes sociais usavam as *lettres de cachet de famille* em conjunto com um número de instituições (hospitais, conventos, *maisons de force* e castelos) para segregar os mentalmente perturbados em salas, quartos e celas separados. No final do século XVIII, cerca de

⁵ “[...] *fantaisies extra-conjugales, dissipation des deniers de la communauté, mauvais traitements et souvent délits de droit commun passibles des tribunaux auxquels on veut soustraire les coupables. Un mari fait enfermer sa femme qui s’est éprise d’un trop vif amour du dieu Bacchus. Quand l’inconduite de la femme a pour témoins des enfants, surtout des filles d’un certain âge, la demande n’est jamais repoussée*” (FUNCK-BRENTANO, 1903, p. XXIX).

⁶ Claude Quéтел, “*De Par Le Roy*”: *Essai sur les lettres de cachet* (Toulouse: Priva Editeur, 1981), p. 25-26.

34 por cento de todas as *lettres de cachet* cujos motivos familiares eram conhecidos diziam respeito a pessoas afligidas pela *folie* (loucura)⁷ (p. 118)⁸.

Na França imperava a opinião pública e profissional de que o encarceramento serviria para proteger a sociedade normal e aliviar os efeitos da insanidade no próprio insano.

Os procedimentos em torno das LC referentes aos insanos seguiam passos cuidadosos e, segundo Strayer (1992),

antes que qualquer membro mentalmente perturbado da família pudesse ser internado, uma petição, assinada pelos pais e parentes próximos e dando detalhes precisos do caso, tinha que ser submetida ao tenente-civil na corte de Châtelet em Paris. Depois, um ou, algumas vezes, dois médicos examinavam o paciente, declarando em seu “certificado de insanidade” sua condição física e mental precisa, seu grau de competência e ameaça potencial à sociedade. Na ausência de um médico, um padre local preenchia este certificado e enviava cópias à família e ao tenente-civil. Depois o “conselho de família” (composto de todos os parentes próximos) reunia-se no escritório do tenente-civil para discutir os fatos referentes ao caso e decidir o local, as condições e o custo do encarceramento. Finalmente, a ordem para a detenção tendo sido emitida, o membro mentalmente perturbado era conduzido à sua nova habitação. Este procedimento meticuloso completo (algumas vezes envolvendo numerosas audiências e relatórios) podia levar meses⁹ (p. 118-119)¹⁰.

⁷ “To this end, French officials and family members from all social classes employed the *lettres de cachet de famille* in conjunction with a number of institutions (*hospitaux, couvents, maisons de force, and châteaux*) to segregate the mentally disturbed in separate wards, rooms, and cells. By the end of the eighteenth century, nearly 34 percent of all *lettres de cachet* for which family motives are known dealt with persons afflicted with *folie* (madness)” (STRAYER, 1992, p. 118).

⁸ O texto de STRAYER (1992) foi gentilmente traduzido pela Prof^a. Dra Maria Laura Mayrink-Sabinson, orientadora da pesquisa.

⁹ “Before any mentally disturbed family member could be interned, a placet, signed by the parents and near relatives and giving precise details on the case, had to be submitted to the lieutenant-civil at the Châtelet court in Paris. Then one

Vemos, portanto, que antes da emissão das ordens de encarceramento havia uma preocupação com os processos que declaravam indivíduos mentalmente perturbados. Os cuidados tomados envolviam: a exposição de detalhes precisos do caso; a declaração da condição física/mental e do grau de competência do paciente examinado pelos médicos; a reunião do “conselho de família” que discutia e decidia o local, as condições e o custo do encarceramento; e, finalmente, a emissão da ordem para a detenção e a condução do membro mentalmente perturbado à sua nova habitação.

Resta-nos examinar o modo como eram tratados os indivíduos com problemas mentais nas instituições em que eram encarcerados.

De acordo com Funck-Brentano (1903), é impossível descrever em traços gerais o regime ao qual eram submetidos os prisioneiros pelas LC, pois “alguns eram detidos em castelos fortes, como a Bastille, em prisões suntuosas dignas do rei, outros em lugares infames de detenção”¹¹ (p. XXXIV), outros em casas religiosas (ou de caridade), escolas cristãs e outros em residências particulares. As LC de exílio eram numerosas e variavam muito quanto à forma. O regime dos detentos variava de acordo com sua fortuna e seus recursos pessoais.

and sometimes two physicians examined the patient, stating in their “certificate of insanity” his or her precise mental and physical condition, degree of competence, and potential threat to society. In the absence of a physician, a local priest filled out this certificate and sent copies to the family and to the lieutenant-civil. Then the “family council” (composed of all near relatives) met at the office of the lieutenant-civil to discuss the facts of the case and decide on the place, conditions, and cost of incarceration. Finally, the order for detention having been issued, the mentally disturbed member was taken to his new abode. This entire meticulous procedure (often entailing numerous hearings and reports) could take months” (STRAYER, 1992, p. 118-119).

¹⁰ Ver nota 8.

¹¹ “*Les uns étaient détenus dans des châteaux-forts, comme la Bastille, somptueuses prisons dignes du roi leur maître, d’autres dans des lieux de détention infâmes*” (FUNCK-BRENTANO, 1903, p. XXXIV).

No tocante ao modo como eram tratados os insanos, Strayer (1992) observa que

como acontecia com qualquer outro detido por *lettre de cachet*, a provisão para a pessoa insana variava de acordo com o status da família, a pensão paga, e o regime diário da instituição carcerária. Além disso, os funcionários de Bicêtre e de Salpêtrière, dada sua visão pessimista quanto à possibilidade de curar o alienado, tendiam a ver seu papel como o de simplesmente guardá-los até que a morte os liberasse deste trabalho; enquanto os monges, freiras e médicos nos conventos de Saint-Lazare, Saint Pelagie, e Charenton tentavam, aparentemente com algum sucesso, aliviar e mesmo curar algumas formas de insanidade e doença mental¹² (p. 119)¹³.

As LC como forma de justiça preventiva e corretiva pareciam preencher as necessidades de pais, polícia e oficiais do governo. Mas, entre 1770 e 1780, juristas, filósofos e escritores começaram a representar essas ordens, segundo Strayer (1992) como “antagônicas aos ideais de liberdade pessoal, igualdade social e justiça imparcial¹⁴” (p. 141). Assim, numa luta de poder, qualquer mudança que o governo pensasse em fazer encontrava oposição. Para Strayer (1992)

a questão de reformar os procedimentos das *lettres de cachet* é, na verdade, uma questão dupla: as demandas feitas por muitos escritores professadamente iluministas por um lado, e

¹² “As with every other kind of *lettre de cachet* detainee, provision for the insane person varied according to the family’s status, the pension paid, and the daily regime at the carceral institution. Moreover, the officials at Bicêtre and Salpêtrière, taking a pessimistic view toward curing the aliéné, tended to see their role as one of simply guarding him or her until death released them from this chore; while the monks, nuns, and physicians at the couvents of Saint-Lazare, Saint-Pelagie, and Charenton attempt, apparently with some success, to alleviate and even cure some forms of mental illness and insanity” (STRAYER, 1992, p. 119).

¹³ Ver nota 8.

¹⁴ “[...] as antagonistic to their ideals of personal liberty, social equality, and impartial justice” (STRAYER, 1992, p. 141).

as ações reformistas governamentais por outro lado, parcialmente em reação às demandas públicas por mudança, mas ainda mais uma resposta administrativa aos abusos percebidos no sistema como um todo¹⁵ (p. 141)¹⁶.

É unânime entre os historiadores que se ocupam das LC o fato de que

esta instituição foi espontaneamente engendrada pelo estado social da época que a viu nascer e a estimou salutar, senão necessária, enquanto este estado social se manteve. No decorrer do século XVIII, as ideias e os hábitos transformaram-se, ao ponto em que as *lettres de cachet* não tardaram a encontrar-se em oposição cada vez mais violenta e dolorosa com as novas condições da sociedade¹⁷ (FUNCK-BRENTANO, 1903, p. XLII, tradução própria).

A tentativa de regular o comportamento social vinha de encontro à expressão de direitos e liberdades individuais advogados por certos escritores do final do século XVIII. De acordo com Strayer (1992), próximo a 1770, cresceram os protestos contra o uso das LC como se vê no livro de 1775, *Maximes du droit français*, cujo autor anônimo nomeou-as como “arma de déspota”¹⁸. Dessa forma, a década de 1780 testemunhou uma crescente oposição ao uso das ordens “arbitrárias”.

¹⁵ “[...] *the matter of reforming lettre de cachet procedures is really a two-sided issue: the demands made by many professedly enlightened writers on the one side, and the government’s reform actions on the other, partly in reaction to public demands for change, but even more an administrative response to perceived abuses in the whole system*” (STRAYER, 1992, p. 141).

¹⁶ Ver nota 8.

¹⁷ “[...] *cette institution a été spontanément engendrée par l’état social de l’époque qui l’a vu naître et a été estimée salutare, sinon nécessaire, tant que cet état social s’est maintenu. Dans le courant du XVIII^e siècle, les idées et les mœurs se transformèrent, au point que les lettres de cachet ne tardèrent pas à se trouver en opposition de plus en plus violente et douloureuse avec les conditions nouvelles de la société*” (FUNCK-BRENTANO, 1903, p. XLI).

¹⁸ De acordo com STRAYER (1992) esta é uma citação de Paul Nikalaevich Ardasheff em *Les intendants de province sous Louis XVI*, trad. Louis Jousserandot (Paris: Felix Alcan, c. 1909), p. 389.

Farge e Foucault (1982) sustentam que as novas forças letradas e políticas da sociedade francesa, após o ano de 1770, demandaram crescentemente pela liberdade pessoal, pela igualdade social e pela justiça racional e imparcial. Como já foi dito, as LC pareciam opor-se diametralmente aos objetivos desta nova mentalidade emergente. Strayer (1992) aponta que há protestos, entre 1770 e 1780, de juristas, filósofos e escritores que consideram essas *ordens reais* antagônicas aos seus ideais.

Comprovando esta hipótese, o ministro da casa do rei, Breteuil, redigiu, em março de 1784, uma circular famosa que colocava fim as LC de família, que constituíam o grupo mais importante e eram consideradas as mais vexatórias. Em 26 de março de 1790 o rei sancionou um decreto, votado em 16 de março, e aboliu o regime das LC, com os seguintes dizeres:

as ordens arbitrárias, lemos no artigo 10, transportando ao exílio e outros da mesma natureza, assim como todas as *lettres de cachet* são abolidas, e elas não serão mais expedidas no futuro. Aqueles que foram atingidos estão livres para se transferirem para onde eles julgarem oportuno¹⁹ (FUNCK-BRENTANO, 1903, p. XLVI, tradução própria).

Strayer (1992) observa que, dessa forma, a Assembleia Nacional aboliu as LC substituindo a justiça paternal, eclesiástica, flexível e quase sempre arbitrária do rei, pela justiça impessoal, equitativa e rígida das leis.

¹⁹ “*Les ordres arbitraires, lit-on à l'article 10, emportant exil et tous autres de la même nature, ainsi que toutes lettres de cachet sont abolis, et il n'en sera plus donné à l'avenir. Ceux qui ont été frappés sont libres de se transporter où ils jugeront à propos*” (FUNCK-BRENTANO, 1903, p. XLVI).

Os Psicodiagnósticos

Os procedimentos clínicos que engendram os Psicodiagnósticos (doravante PD) estão imediatamente ou não vinculados a uma finalidade terapêutica, em tese. De acordo com Silva Junior e Ferraz (2001) os PD têm o objetivo de desvelar algo invisível, já que a ideia implicada na palavra “psico-diagnóstico” pressupõe a existência de uma “doença” que afeta o psiquismo.

Para os autores, seria algo velado desta doença psíquica que exigiria a intervenção de um instrumento capaz de revelá-lo. Mas, se em medicina a diferença entre o normal e o patológico se apresenta como fundamental e evidente desde o início, em psicopatologia a divisão entre o são e o doente exigiu a realização de um passo metodológico preliminar, a medicalização da loucura.

Na realização de um psicodiagnóstico, psicólogos devem articular dados de modo a construir um panorama da personalidade total do paciente, e a articulação dos resultados não seria um procedimento simples, pois dependeria de um conhecimento relativamente profundo das formas extremamente diferentes dos instrumentos e de seus fundamentos. Assim, a avaliação e a interpretação dos resultados dos instrumentos dependem do que se poderia esperar de sua aplicação, isto é, de um conhecimento dos seus alcances e limites, nas palavras de Silva Junior e Ferraz (2001), para os quais “a avaliação e a interpretação dos resultados dos instrumentos dependem, em última análise, do conhecimento de sua construção, assim como do que se pode esperar de sua aplicação, isto é, um conhecimento dos seus alcances e limites”.

Na pesquisa, feita com dados coletados em hospital público, para realizar o processo de PD de crianças com *dificuldades de aprendizagem* os psicólogos dispunham de alguns instrumentos, e os tratados nessa pesquisa, de apenas três tipos de instrumentos de

avaliação, que eram: alguns testes de medida intelectual e de aptidões; alguns testes projetivos; e as entrevistas semi-dirigidas e seu equivalente para o PD de crianças, a saber, a hora ludo-diagnóstica. Não eram realizadas reflexões sobre o conteúdo das provas, a conceituação de inteligência e a lógica da situação de avaliação.

Na seção seguinte esses documentos serão detalhados na medida estritamente necessária para a defesa de nossa tese, guardando-se informações específicas dos processos em que foram coletados os dados.

Das *Lettres de Cachet* aos Psicodiagnósticos

Propomo-nos refletir sobre uma possível existência de semelhanças entre as LC e determinados tipos de PD. Sobre essas tratamos nessa seção.

Inicialmente, pudemos constatar que há indícios de que ambos os documentos determinaram rumos nas vidas dos indivíduos e selam destinos. Ambos foram instrumentos que visaram a “obrigar” alguém a algo, privá-lo de algo ou isolá-lo: o objetivo seria assegurar uma ordem. Uma característica que os relaciona é que remeteram às relações de poder e dominação associadas desde sempre à escrita, conforme descrita por Gnerre (1985/1991), enquanto produto social, mediadoras da interação homem/mundo e cujo significado deve ser buscado na prática, onde o texto escrito assume suas características socioculturais.

As LC, segundo Foucault (1977/1992), apresentavam-se investidas de um “[...] poder que vinha de baixo e que permitia a grupos, comunidades, famílias ou indivíduos exercer um poder sobre alguém. Eram instrumentos de controle [...] que a sociedade, a comunidade, exercia sobre si mesma” (p. 96). Foram utilizadas em

casos de conflitos de trabalho, quando os mestres não estavam satisfeitos com seus aprendizes, na tentativa de expulsá-los ou deles se descartar. Os PD aqui tratados funcionariam como documentos que enviavam as crianças às *salas e escolas especiais*, constituíam-se em uma forma de os grupos regulamentarem e assegurarem a ordem cotidiana da vida social. A procura por esses documentos surgia nos casos de conflito, quando os professores não estavam satisfeitos com seus aprendizes, seja no tocante ao ritmo, comportamento e/ou desempenho. Assim, vemos que os documentos indicam o lugar que os sujeitos (com comportamentos considerados) desviantes deveriam ocupar, tentavam ordenar o que fugia à norma.

No tocante ao estatuto, foram documentos concebidos como *secretos*, aos quais somente determinadas pessoas deveriam ter acesso. Eram coincidentes os destinatários: deveriam ser conhecidos de pais, professores, médicos e psicólogos, acresciam-se os reis e ministros que as emitiam ao grupo das LC.

Também se assemelhavam os procedimentos que os envolviam; para as LC, antes que qualquer membro mentalmente perturbado pudesse ser internado, era feita uma petição dando detalhes minuciosos do caso, assinada pelos pais e parentes próximos; os PD, por sua vez, iniciavam com o pedido de diagnóstico que poderia ser feito pela família, por um médico ou pela escola e seguia a esse pedido a anamnese do caso, na qual eram considerados detalhes minuciosos da vida da criança, desde a gestação, nascimento, desenvolvimento, sociabilidade *etc.* No caso da LC, um ou dois médicos examinavam o paciente declarando sua condição física e mental, seu grau de competência e ameaça potencial à sociedade. No caso do PD, um ou dois psicólogos examinavam a sujeito declarando sua condição e seu grau de competência. Algumas vezes, também os médicos eram requeridos no processo.

Para as LC o “conselho de família” reunia-se a fim de discutir os fatos do caso e decidir o local, as condições e o custo do encarceramento. No que se refere aos PD, os psicólogos reuniam-se para decidir o encaminhamento que seria dado à criança, feito a partir de considerações das condições de vida da criança e de sua família, inferidas pelos psicólogos a partir das entrevistas. Finalmente, tendo sido emitidos as LC e o PD, o membro mentalmente perturbado e o sujeito considerado *anormal* seriam conduzidos à sua nova “posição social”. Este procedimento meticuloso (algumas vezes envolvendo numerosas audiências e relatórios) poderia levar meses, em ambos os casos.

Enquanto o PD era validado pela assinatura do psicólogo, ou melhor, pelo *saber* científico que a dotaria de *poder*, a LC era validada pela assinatura do rei, pelo selo real.

Crianças de classes desfavorecidas eram encaminhadas aos hospitais e serviços públicos e crianças de classes mais abastadas aos serviços particulares. Da mesma forma, o destino dos indivíduos submetidos às LC dependia de suas posses.

Finalmente, podemos observar que a utilização de ambos os documentos (e apenas ela) era necessária para que os indivíduos “confinados” fossem postos em “liberdade”. Desta forma, vemos, ambos podem ser considerados instrumentos de controle social, atentando-se para os processos de produção de determinados psicodiagnósticos (o que significa admitir que certamente há processos que partem de premissas e bases distintas e que não caberiam na análise dessa pesquisa). Os processos tratados nessa pesquisa, cada um a seu tempo e modo, serviram para vigiar e punir as *anomalias* e os *distúrbios da ordem*, socialmente estabelecidos.

Ambos os documentos exerceriam um poder na vida cotidiana, atravessadas pelos mecanismos de um poder biopolítico, tornando

descritíveis e transcritíveis as interações (de professores, alunos, psicólogos, clientes, pais e filhos).

Entende-se aqui que as LC serviram como rico material de apoio para a análise das relações entre o poder e o saber presentes em específicos processos diagnósticos de sujeitos com *dificuldades na escola*. Esse material foi historicamente relevante e permitiu levantar algumas hipóteses sobre a emergência da noção de poder na obra de Foucault (1975/1986, 1975/2001), servindo de apoio para a compreensão do universo foucaultiano como também para a arqueologia dos PD. Apontar as semelhanças existentes entre as LC (documentos que partilham e geram teias sutis de poder) e determinados laudos psicológicos indicou como, através deles, nasce – historicamente – uma discursividade que atravessa o cotidiano e se encarrega das vidas.

Foucault (1975/1986) observou que foi durante a época clássica que houve a “(...) descoberta do corpo como objeto e alvo de poder” (p. 125). Na história das diversas instituições disciplinares - os conventos, os exércitos, os hospitais e as escolas - o autor localizou uma série de técnicas generalizáveis que, minuciosas e íntimas, têm sua importância “porque definem um [...] modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova *microfísica* do poder” (p. 128). A descrição destas técnicas implicaria, na visão do autor,

[...] na demora sobre o detalhe e na atenção às minúcias: sob as mínimas figuras, procurar não um sentido, mas uma precaução; recolocá-las não apenas na solidariedade de um funcionamento, mas na coerência de uma tática. Astúcias, não tanto da grande razão que trabalha até durante o sono e dá um sentido ao insignificante, quando da atenta *malevolência* que de tudo se alimenta. A disciplina é uma anatomia política do detalhe (p. 128, grifo do autor).

Na visão macroscópica dos sujeitos introduzida com as concepções e as idéias foucaultianas ao discutir a subjetividade, a

cidadania e a emancipação (constituídas pelo modo como se organiza e se define o viver em sociedade) e em seus importantes estudos sobre a loucura, a prisão e a sexualidade, encontramos elementos importantes a serem considerados para se entender os discursos e os processos de clausura e exclusão que visam ao disciplinamento e pretendem silenciar a pluralidade do social, ajudando a compreender o funcionamento e a dinâmica das instituições, no caso do trabalho de pesquisa aqui apresentado, educacionais e de saúde.

A questão da disciplina é considerada a partir das idéias de Foucault (1926-1984) de *biopoder* e dos mecanismos *microfísicos* que promovem o ordenamento da modernidade. No ato de diagnosticar as crianças *diferenciadas* que são levadas ao psicólogo, o psicólogo passa a ordenar espacialmente os indivíduos.

A categoria comum que agrupa os indivíduos submetidos às LC e as crianças é a incapacidade em que se encontraram de tomar parte na produção, na circulação e/ou no acúmulo das riquezas. Os lugares sociais a eles destinados (*selas e salas e escolas especiais*) foram lugares destinados, cada um em seu tempo e modo, ao isolamento dos que são diferentes e fogem à norma, como as crianças diagnosticadas como *anormais* (portadoras de *dificuldades de aprendizagem, dislexia, inteligência limítrofe*, etc.). Esse internamento, nas suas origens e no seu sentido primordial estaria ligado a uma reestruturação do espaço social.

A atividade de psicodiagnóstico de crianças consideradas portadoras de *dificuldades de aprendizagem* ou *dislexia*, enviadas às *salas e/ou escolas especiais* e submetidas aos mais variados exames médicos, fora exemplo de situação, apontada por Castel (1991), na qual se desenvolveu avaliação médico-psicológica como *atividade de especialista*, atividade que serviu para rotular indivíduos, para constituir um *perfil* que os enquadrasse num *modo de vida*. Como todos os *encaminhamentos* indiciaram, as crianças não seriam

“tratadas” pelos especialistas que as avaliaram e, ao invés disso, atribuir-se-ia a tarefa do cuidado aos professores que as acolheriam nas *salas especiais*.

Foucault (1975/2001) discorrera sobre os *desdobramentos* do exame psiquiátrico. O autor considerara que entre a hipótese de que o sujeito teria de fato uma responsabilidade sobre determinado crime e a conclusão final (de sua responsabilidade) aparece um personagem, oferecido ao aparelho judiciário, personagem que vai ser condenado no final das contas “[...] um homem incapaz de se integrar ao mundo, que gosta da desordem, que comete atos extravagantes ou extraordinários, que odeia a moral, que renega as leis desta e pode chegar ao crime” (p. 22). Foucault considera que a importância e a gravidade do aparecimento desse personagem decorrem do fato de que

[...] mesmo se o sujeito em questão é culpado, o que o juiz vai poder condenar nele, a partir do exame psiquiátrico, não é mais precisamente o crime ou o delito. O que o juiz vai julgar e o que vai punir, o ponto sobre o qual assentará o castigo, são precisamente essas condutas irregulares, que terão sido propostas como a causa, o ponto de origem, o lugar de formação do crime, e que dele não foram mais que o duplo psicológico e moral (p. 22).

No caso das *dificuldades de aprendizagem* ou *dislexias* e outras denominações correntes, podemos dizer, foi o discurso científico e sua imagem de verdade/sustentado na comprovação que determinou o lugar destinado aos indivíduos *anormais* e o tratamento que deve ser dado às suas *anormalidades* em determinado tempo histórico e espaços específicos. Passando por processo semelhante, os sujeitos foram “marcados” por não responderem como se esperava deles, por serem “incapazes de se integrar”, “por gostarem da desordem”, “por serem desatentos”, “hiperativos” *etc.* Ao apontar as *anomalias* dos sujeitos, os laudos os introduziam, solenemente, no campo dos objetos susceptíveis de um conhecimento científico (*cf.*

ROSE, 1996). O uso de uma determinada *armature de savoir* (FOUCAULT, 1971, p. 14) permite entrever o modo como a ciência pode engendrar uma série de discursos, de práticas, de comportamentos e de instituições.

Os testes psicológicos usados para a obtenção de determinados tipos de Psicodiagnósticos partem de palavras e frases isoladas, de uma concepção de linguagem como código. De acordo com Coudry (2002), ao contrário disso, considerar a avaliação de uma perspectiva discursiva significa considerá-la “[...] como uma *práxis* entre sujeitos; significa que os sujeitos envolvidos reconheçam que se trata de atividades significativas exercidas por quem faz parte de uma comunidade linguística/discursiva e compartilha língua e cultura” (p. 449). Já o uso de testes desconsidera o dado singular e análises qualitativas que considerem um processo e o produto.

Assim, para se avaliar o processo de aprendizagem de escrita, talvez sejam necessárias posições teórico-metodológicas explícitas que considerem que se trata de avaliação de *sujeitos*, sendo necessária uma teoria de linguagem que os considere e tudo que decorre dessa consideração. Na década de 80 e 90 os pesquisadores da linguística já lançavam reflexões que contribuíram, segundo Coudry (2002), “[...] para mudar a concepção de fato/dado de linguagem (normal e patológica), em contraposição a uma atitude normativa, preconceituosa e desinformada de língua e linguagem que caracterizava as instituições responsáveis por tais posturas” (p. 99).

Legalmente o Psicodiagnóstico fora o único documento que autorizava a entrada e a saída de crianças nas conhecidas *salas especiais*. Em função dos resultados nele inscritos legitimava-se a classificação de crianças para fins de inclusão ou exclusão em espaços escolares. Nas crianças de classe média e da alta burguesia (*cf.* PATTO, 1997) os exames psicológicos que concluíram pela presença de deficiência ou distúrbio, levaram às psicoterapias, terapias pedagógicas

e orientação de pais (visando a adaptarem a criança à escola); no caso das crianças das classes subalternas, muitos laudos podem ter contribuído para justificar sua exclusão das escolas.

Para Foucault (1986, p. 136), as *técnicas de poder* como um *processo de saber* permitiram a medida das quantidades: sob a forma da taxionomia, essas medidas tiveram por função caracterizar (e em consequência reduzir as singularidades individuais) e constituir classes, categorias, hierarquias, organizando parâmetros para excluir e isolar grupos de pessoas. Para o autor, a taxionomia “[...] é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar celular”.

Procedendo dessa forma, os PD poderiam oficializar o fracasso ao invés de permitirem que o sujeito conhecesse suas dificuldades e pudesse, assim, lidar com elas. Representando valores de homem e sociedade, determinados PD interfeririam negativamente na vida dos sujeitos; ao desconsiderarem fatores constitutivos da linguagem e de seu papel frente aos demais processos cognitivos, propagariam estigmas em crianças que fugissem ao esperado quando se tratava de aprendizagem escolar. Atuando como um mecanismo de poder, silenciaria para as questões culturais e históricas presentes no contexto em que se insere o ensino e a aprendizagem da modalidade escrita de sua língua materna.

Apontando o que os PD afirmariam sobre as crianças que não conseguiriam se escolarizar, Patto (1997) nos ajuda a pensar nas inúmeras coisas que eles não diriam, sob o risco de se autodestruírem; entre elas: que o comportamento escolar é parte integrante de uma instituição de ensino, que por sua vez responde a uma lógica, que deve ser compreendida visando-se a entender os comportamentos que emergem no contexto; que numa sociedade de classes há interesses de classes sustentados pelos poderes econômico e político; que a história

do ensino público brasileiro de primeiro grau é marcada pela desatenção à escola do povo; que nesse cenário a política educacional foi responsável por equívocos tecnicistas;

[...] que a burocratização da escola eliminou uma avaliação fecunda da qualidade do ensino oferecido; que a política salarial desestimula os professores que, frustrados, fazem de seus alunos bodes expiatórios; que a maior parte dos professores é concessionária do preconceito, da raiva e do desrespeito pelos pobres, traço profundo de uma sociedade de origem escravocrata, na qual a classe dominante sempre primou pela violência e pelo arbítrio; que a vida escolar concretiza tudo isso sob a forma de práticas e processos pedagógicos e administrativos produtores de dificuldades de aprendizagem dos bens culturais que cabe à escola transmitir, sobretudo aos alunos que dependem inteiramente dela para aprendê-los; que as relações pessoais na escola são autoritárias e produtoras de estigma e exclusão; que a falta freqüente de professores faz com que classes inteiras fiquem abandonadas por longos períodos, o que não impede que no ano seguinte sejam rotuladas como “fracas”, verdadeiras ante-salas das classes especiais; que todo esse processo é vivido com dor pelas crianças e causa-lhes danos na auto-estima, os quais os psicólogos vão equivocadamente entender como causa das dificuldades escolares; que os resultados alcançados nos próprios testes de inteligência dependem da história escolar, uma vez que esta exerce influência sobre a reação da criança à situação de avaliação e sobre o resultado obtido em testes saturados de atitudes e informações escolares que não poderiam ser exigidas, como prova de inteligência, de crianças que não tiveram garantido o direito a uma escola de boa qualidade (PATTO, 1997, p. 59-60).

Considerações finais

Com essa pesquisa defendeu-se a ideia de atentar-se para as capacidades e habilidades das crianças e criarem-se condições para a implantação de um projeto político comprometido com as visões que

organizam a vida cotidiana e as práticas que se desenvolvem na escola. Discutir os testes (e os usos que deles se fazem) é colocar em pauta a concepção de ciência, de homem e de sociedade que veicula uma Psicologia qualificada como positivista, instrumental, objetivista e fisicalista (cf. PATTO, 1997). Para promover-se um debate fecundo sobre o tema é preciso clareza a cerca do lugar teórico em que se produzem os argumentos a favor e contra o uso de testes para a prática do psicodiagnóstico. Segundo Patto (1997, p. 52),

os que defendem a mensuração do psiquismo e os laudos psicológicos precisam conhecer não só os pressupostos filosóficos das técnicas que adotam, mas também os fundamentos da crítica, sem o que não podem contra-argumentar. O mesmo vale para os que fazem a crítica: é preciso que conheçam a base teórica da Psicologia psicométrica e normativa e dominem o arcabouço teórico com o qual se debruçam sobre ela para desvelar a sua razão.

São inseparáveis as dimensões política e epistemológica do conhecimento e de métodos. Os interesses de classe são *constituídos* de conceitos, de sistemas de conhecimento. Assim, para criticar-se a Psicologia constitutiva da psicomетria (na qual se inscrevem os testes psicológicos) é necessário buscar-se a sua origem teórico-política, analisar o momento histórico de sua construção. É necessário, sobretudo, um diálogo em que a avaliação das *dificuldades escolares e de aprendizado* seja uma ferramenta no combate ao poder disperso e perverso que ignora tantas vozes e linguagens (e contribui para a manutenção de uma sociedade marcada pela desigualdade de oportunidades e condições). A partir desse diálogo, quiçá, impressões digitais deixem de selar a exclusão causada pelo analfabetismo.

* * *

Referências

- CASTEL, R. “From dangerousness to risk”. In: *The Foucault Effect. Studies in Governmentality*. (Eds.) G. Burchell, C. Gordon & P. Miller. *The University of Chicago Press*. 1991. p. 281-298.
- COUDRY, M. I. H. “Linguagem e afasia: uma abordagem discursiva da neurolinguística”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 42. Campinas, SP. 2002. p. 99-129.
- FARGE, A.; FOUCAULT, M. *Le désordre des familles*. Paris: Gallimard. 1982.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard. 1971.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes. 1986.
- _____. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.
- _____. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1975.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
- _____. *O que é um autor?* 3 ed. Vega: Passagens. 1977/1992.
- FUNCK-BRENTANO, M. F. *Les lettres de cachet à Paris. Étude suivie d'une liste des prisonniers de la Bastille (1659-1789)*, Paris: Imprimerie Nationale. 1903.
- GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes. 1991.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- MISTLER, J. *Le 14 juillet*. Paris: Hachette. p. 69. 1963.
- MOREL, A. *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés malades*. Paris. 1857.
- PATTO, M. H. S. 1997. “Para uma Crítica da Razão Psicométrica”. In: *Psicologia USP*, São Paulo, v. 8, n. 1, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641997000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 Abr 2020.
- ROSE, N. “Power and subjectivity: Critical history and psychology”. In: C. F. Graumann & K. J. Gergen (Eds.) *Historical dimensions of psychological discourse* (p. 103-124). Cambridge University Press. 1996.
- SILVA JUNIOR, N. e FERRAZ, F. C. 2001. “O psicodiagnóstico entre as incompatibilidades de seus instrumentos e as promessas de uma metodologia psicopatológica”. In: *Psicologia USP*, São Paulo, V. 12, n. 1,

2001. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 Abr 2020.
STRAYER, B. E. *Lettres de cachet and Social Control in the Ancien Régime, 1659-1789*. New York: Peter Lang Publishing. 1992.

Recebido em 03 de abril de 2020.
Aprovado em 03 de junho de 2020.